

Crédito externo sofrerá modificações

■ Governo quer retirar impedimentos à obtenção de recursos junto ao Bird e ao BID

BRASÍLIA — O governo quer alterar a lei de forma a contornar dificuldades de liberação de recursos usados como contrapartida aos créditos obtidos juntos a instituições como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A iniciativa visa permitir melhor aproveitamento dos recursos e evitar que o país continue pagando *taxas de permanência* — uma espécie de multa — pela não utilização, no prazo, do dinheiro contratado. Uma vez concluídas as propostas, elas serão submetidas ao presidente Itamar Franco antes de serem enviadas para o Congresso.

Paralelamente, o grupo constituído por especialistas da Fazenda e do

Planejamento deverá estabelecer regras mais claras para a aceitação de novos projetos com recursos externos, de modo a evitar que programas de difícil elaboração ou acompanhamento sejam contratados e raramente concluídos. Estas sugestões são resultado de um estudo feito em conjunto pela Secretaria de Assuntos Internacionais, ligada ao Planejamento, e especialistas das principais instituições multilaterais de crédito.

Dentro de 30 dias os especialistas esperam ter encontrado uma fórmula jurídica nova que permita ao governo realizar os desembolsos das contrapartidas dentro do cronograma acertado com o organismo internacional que forneceu os recursos. “Este ano,

por exemplo, muitos projetos ficaram parados por falta de dinheiro para contrapartida porque o Orçamento ainda não havia sido aprovado pelo Congresso”, concluiu Mauro Marcondes, secretário de Assuntos Internacionais da Seplan, citando apenas uma das dificuldades.

A contratação de empréstimos setoriais destinados a custear os ajustes estruturais realizados no país também poderá ser retomada paulatinamente. Uma das possibilidades em estudo é a negociação de comércio exterior. Os demais empréstimos de ajuste estrutural não devem ser considerados em futuro próximo. Há expectativas de uma ampliação dos desembolsos do Bird para o Brasil em mais US\$ 800 milhões.

No balanço da viagem aos Estados Unidos, divulgado ontem, o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, informou que foram abertas novas perspectivas para um reforço de US\$ 20 milhões da Agência Americana para Desenvolvimento Internacional (Usaid), para programas de treinamento em privatização, modernização, técnicas orçamentárias, legislação anti-truste e administração hospitalar. Também ficou acertado que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ampliará sua ação no Brasil, apoiando programas de assistência do Conselho de Segurança Alimentar.